

# "METADE BEBÊ E METADE PESSOA!": A PESQUISA ANTROPOLÓGICA COM BEBÊS À LUZ DAS CATEGORIAS CORPO E PESSOA

## "HALF BABY AND HALF PERSON!": AN ANTHROPOLOGICAL STUDY WITH BABIES THROUGH THE CATEGORIES OF BODY AND PERSON

Emilene Leite de Sousa\*  
Fernanda Müller\*\*

### Introdução<sup>1</sup>

Na turma da creche de Pedrinho, com três anos, há uma menina aparentemente bem mais jovem do que a média das demais crianças. Hoje ele a mencionou e eu, imediatamente, me referi a ela como um bebê. Arrependida, receosa de ter atrapalhado as classificações e hierarquias das próprias crianças nos modos de se tratar ou se referirem umas às outras, voltei atrás:

- Eu não sei se ela é um bebê. O que você acha, Pedrinho?

Ele refletiu um pouco... mais um pouco... e, finalmente:

- Acho que ela é metade bebê e metade pessoa!

Um diálogo espontâneo entre uma das autoras deste artigo e seu filho de três anos e meio, na época, trouxe à tona uma perspectiva singular sobre as categorias “bebê” e “pessoa”. Pedrinho hesitou antes de propor que sua coleguinha poderia ser vista como “metade bebê e metade pessoa”, um

*insight* que não somente provocou uma reavaliação de nossas próprias concepções, mas também nos inspirou a explorar mais a fundo as complexas questões relacionadas ao lugar dos bebês nas diversas culturas e sociedades, e, sobretudo, na própria Antropologia.

\* Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Imperatriz-MA, Brasil. E-mail: emilene.sousa@ufma.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2608-6677>.

\*\* Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro-RJ, Brasil. E-mail: fernanda.muller@unirio. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1788-8662>.

<sup>1</sup> As autoras expressam seu sincero agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP/DF), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e à Universidade de Brasília pelo apoio financeiro aos projetos de pesquisa que contribuíram significativamente para as discussões apresentadas neste documento. Adicionalmente, este artigo foi elaborado com o suporte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando o Código de Financiamento 001.

Inspirado por esse diálogo aparentemente simples, este artigo expõe os desafios teóricos e metodológicos que permeiam a pesquisa antropológica envolvendo bebês. Buscamos argumentar sobre a construção social da noção de bebê como pessoa e suas implicações para a etnografia.

Além disso, a reflexão motivada por Pedrinho escancara um aspecto fundamental: os bebês encontram-se em uma posição ambígua na sociedade, frequentemente percebidos mais pelas potencialidades futuras do que como agentes ativos no presente<sup>2</sup>. Tal perspectiva se conecta com a marginalização dos bebês na literatura antropológica, onde, conforme já tratado por Gottlieb (2009), raramente são considerados como sujeitos.

A pesquisa antropológica centrada em crianças e na infância, particularmente em comunidades indígenas, revelou práticas e concepções que destacam as crianças como protagonistas na dinâmica das aldeias, atribuindo-lhes papéis, reconhecimento e um status próprio que desafiaram as noções etnológicas convencionais. Esse interesse pelos povos indígenas incentivou a Etnologia a aprofundar o estudo sobre as crianças e as infâncias, conforme demonstram Lopes da Silva, Nunes e Macedo (2002), resultando em uma proliferação de pesquisas sobre o tema e em debates acerca dos métodos e técnicas mais adequados. Desse movimento, emergiu um campo de estudo dedicado à reflexão sobre a própria cultura, voltando-se para a

análise das crianças ditas “ocidentais”, estabelecendo as bases para a Antropologia da Criança (COHN, 2000, 2005, 2013).

Portanto, já temos no Brasil uma produção antropológica importante que incorpora as crianças como interlocutoras principais, articulando os mais diversos e abrangentes temas, como participação política, direitos, família, religião e educação (PIRES, 2007, 2009, 2011; SOUSA, 2004, 2014, 2021; RIBEIRO, 2009, 2011, 2013; SCHUCH, 2012; TASSINARI, 2001, 2007, 2009, 2012). Nesses estudos, as crianças que falam e que já leem e escrevem são privilegiadas. No entanto, no que diz respeito aos bebês, ainda não podemos afirmar que exista uma produção antropológica consolidada. Acreditamos que essa ausência se deve principalmente pela forma como construímos uma compreensão sobre o/a “bebê”. Por um lado, eles/as são percebidos principalmente pelas suas ausências – como a falta de oralidade, racionalidade e autonomia. Por outro, são vistos como seres irracionais, cuja incapacidade de simbolizar os coloca mais próximos dos animais ou de seres não-humanos (PIRES; SARAIVA, 2019).

O trabalho com os bebês impõe dificuldades à própria etnografia<sup>3</sup>. Orrmalm (2020) destaca os desafios e técnicas na etnografia com bebês, mostrando a importância de a pesquisadora se adaptar às interações espontâneas e desordenadas com o bebê durante o trabalho de campo. Ela argumenta

2 Uprichard (2008) discute como a percepção das crianças oscila entre seres completos no presente e tornando-se futuros adultos, destacando a importância de reconhecer ambos os aspectos para uma compreensão mais abrangente da infância. A autora argumenta que a visão tradicional de crianças, incluindo bebês como adultos em formação, desvaloriza suas capacidades e agências no presente, focalizando excessivamente suas potencialidades futuras. Ao integrar as noções de ser e tornar-se, propõe um modelo que reconhece os bebês como agentes ativos, cujas experiências e ações no presente são fundamentais para sua formação contínua, e destaca a importância de uma abordagem que considere a temporalidade na pesquisa sobre a infância.

3 Vide Müller (2021) e Leite de Sousa e Müller (2024).

que imprevistos e momentos perturbadores proporcionam oportunidades para refletir sobre como a participação e as perspectivas dos bebês são construídas nos encontros de pesquisa. Uma técnica sugerida é adotar uma “curiosidade cautelosa” em relação à participação dos bebês, o que envolve observar atentamente como eles interagem com a pesquisadora e os equipamentos de pesquisa, muitas vezes levando a mudanças no planejamento. Por exemplo, quando os bebês interagem fisicamente com a câmera, isso pode criar imagens e perspectivas inesperadas que enriquecem a compreensão das práticas e dos espaços de interação dos bebês.

Nossas reflexões sobre bebês envolvem a construção da noção de pessoa e se utilizam de abordagens epistemológicas e teóricas específicas, que refletem as idiossincrasias da sociedade contemporânea. Essas reflexões estão intrinsecamente ligadas aos nossos métodos e técnicas de pesquisa, enfocando interações em ambientes privados e públicos, como famílias, creches, parquinhos, espaços para festas, consultórios pediátricos, etc. A interação nesses espaços íntimos e/ou coletivos, especialmente planejados para os bebês, tornam-se os principais contextos para a construção da noção de pessoa. Igualmente, refletem diretamente nos processos de aprendizagem de papéis sociais como mãe, pai, avós, entre outros, a partir de processos profundamente individualizados.

De maneira análoga ao desenvolvimento da Etnologia, a investigação antropológica

sobre a categoria “pessoa”, na tentativa de compreender a constituição de sujeitos nas sociedades ameríndias, impulsionou o foco para uma nova categoria central: a noção de “corpo”. Isso se deu pelo reconhecimento de que, nessas culturas, a concepção de pessoa está intrinsecamente ligada à fabricação de um corpo, inscrevendo-se a pessoa no corpo dos sujeitos sociais.

Logo, este artigo se debruça sobre a constatação de que os bebês, muitas vezes, não são reconhecidos com um estatuto pleno de pessoa, como evidenciado pela fala de Pedrinho e expressões populares como “um pingo de gente” ou “parece gente”. Refletimos sobre a dificuldade que a sociedade, em geral, e a Antropologia, especificamente, enfrentam ao se deparar com seres absolutamente corporais, que ainda não desenvolveram a capacidade de falar, permanecer eretos ou caminhar. Buscamos examinar a construção social e a atribuição do estatuto de pessoa aos bebês, colocando em destaque a centralidade do corpo nesse processo. Além de reconhecer o corpo como fundamental na constituição da pessoa, defendemos que a etnografia focada em bebês deve prestar especial atenção ao corpo. Portanto, ao abordar os bebês e seu estatuto de pessoa, com atenção à sua corporalidade, este artigo pretende avançar na compreensão teórica e metodológica sobre a construção social e cultural da pessoa na Antropologia<sup>4</sup>.

4 Não podemos deixar de mencionar que na virada ontológica da disciplina, a Antropologia tem se dedicado às relações entre humanos e não-humanos, tomando as coisas como agentes, em uma teoria das novas materialidades (o sobrenatural, as árvores, as dunas, o rio, os animais, o sol, a sombra) em que outros entes passam a ser considerados agentes e analisados em suas relações com os seres humanos. Tim Ingold, Bruno Latour, Donna Haraway e outros autores são referências de uma Antropologia ecológica, atenta às relações entre humanos e não-humanos.

## 1. Afinal, bebês têm estatuto de pessoa?

“É preciso uma aldeia inteira para criar uma criança”  
(Provérbio africano)

Nas sociedades pós-industriais ocidentais, caracterizadas por taxas de natalidade notavelmente baixas, a experiência de maternidade/paternidade muitas vezes se desenrola na solidão. Esse fenômeno sinaliza uma mudança significativa em relação às práticas comunitárias de criação de filhos/as prevalentes nas sociedades camponesas ou indígenas, onde o coletivo desempenha um papel central na vida social. O cenário urbano moderno, com seu leque de estímulos, desafios e isolamentos (SIMMEL, 2005), ressalta a díade mãe-bebê ou cuidadora-bebê tendo em vista a centralidade do indivíduo em sociedades capitalistas e de elevado consumo.<sup>5</sup>

Esta interdependência entre mãe e bebê reflete não apenas uma ligação psicológica intrínseca, mas também uma série de noções do senso comum (BERGER; LUCKMANN, 2003) sobre a infância e a maternidade. A ideia de que o bebê é invisível, exceto em sua relação com a mãe ou a cuidadora, quando é visto como uma extensão, levanta questões importantes sobre a construção social da pessoa. Por isso,

encaminhar a discussão sobre a noção de pessoa com bebês requer uma abordagem que, a partir da Antropologia, considere fundamentalmente o corpo.

A pesquisa sobre bebês na Antropologia tem sido limitada, com foco principal em crianças maiores e em aspectos específicos que incluem a oralidade ou as representações, como desenhos, fotografias, etc. Como exceções, encontramos trabalhos que exploram diferentes aspectos da vida de bebês e sua relação com os/as cuidadores/as e/ou mobilidade e tecnologias. Cortés-Morales e Christensen (2014) exploram o papel das tecnologias cotidianas, como o carrinho de bebê e seu impacto na mobilidade. O estudo enfatiza como as tecnologias moldam as interações entre humanos e o ambiente, contribuindo para uma compreensão mais ampla da mobilidade de bebês como uma rede complexa de relações sociais e materiais. De Grande (2015) destaca a complexidade do cuidado dos bebês nos primeiros meses de vida, abordando como os pais e as mães se adaptam às novas necessidades e tomam decisões cotidianas que exploram a noção de bem-estar. O estudo identifica áreas críticas como lactância, cuidados diários e saúde, mostrando a importância de compreender as práticas e soluções adotadas pelas famílias. Por fim, Holt (2018) discute a marginalização dos bebês em es-

5 A díade mãe-bebê, ou cuidadora-bebê, emblemática da sociedade contemporânea e primeiramente teorizada na Psicologia (SEIDL DE MOURA, 2004; LYRA; SILVA; SILVA, 2012), representa mais do que apenas uma conexão biológica e/ou emocional: ela incorpora as construções socioculturais mais amplas de individualismo. O bebê, percebido principalmente como “o filho de sua mãe”, encapsula a mudança profunda em direção a uma sociedade onde o indivíduo é central. Nesse contexto, o ato de tornar-se mãe ou criança não é um processo natural ou instintivo, mas uma construção sociocultural moldada nos limites do domínio privado. No campo da Psicologia, o fenômeno pelo qual o bebê percebe a si mesmo como uma extensão de sua mãe ou cuidadora é amplamente discutido. Esta percepção não se limita apenas à experiência subjetiva da criança, mas também corresponde a uma construção social. Na sociedade, a identidade do bebê é frequentemente visualizada e interpretada principalmente em relação à sua mãe ou à figura que desempenha o papel de cuidador/a principal. O bebê não é reconhecido fora do contexto de cuidado

tudos do campo da Geografia, atribuindo essa ausência à dificuldade em reconhecer a agência das crianças no contexto socioespacial. Holt argumenta que os desafios metodológicos e éticos na pesquisa com bebês contribuem para essa lacuna, mas também aponta caminhos para a inclusão dos espaços sociais dos bebês nas pesquisas, como focar as micromobilidades cotidianas e as geografias emocionais da parentalidade.

Entre crianças pequenas, há uma ampla variação das habilidades verbais e motoras nos primeiros anos de vida (COLE, 1983; SANTOS; AMORIM, 2018; COSTA; AMORIM, 2021; GOMES; NEVES, 2021). Entre crianças indígenas brasileiras, essa variabilidade já foi amplamente analisada em estudos sobre crianças e corpos (ALVARES, 2004; ARAÚJO, 2021; COHN, 2000, 2002, 2005; LIMULJA, 2007; NUNES, 1999, 2002; TASSINARI 2001, 2007, 2009, 2012, 2015; CODONHO, 2009).

Essa mudança convida a um exame da noção de pessoa de Marcel Mauss (1973), profundamente baseada em etnografias clássicas de sociedades tradicionais. A construção argumentativa de Mauss procurava entender a pessoa dentro de contextos culturais onde a identidade do indivíduo estava inextricavelmente ligada ao coletivo. Márcio Goldman (1996) ultrapassa a simples análise e questionamento da noção de pessoa nas Ciências Sociais, mostrando as dicotomias ainda presentes entre indivíduo e sociedade, ou natureza e cultura, nas teorias sociológica e antropológica. Em momento algum Goldman oferece uma alternativa para a noção de pessoa, mas sim um panorama do debate sobre o tema. Uma questão fundamental é a variabilidade da noção de pessoa entre diferentes sociedades e na própria Antropologia, um dilema lexical onde termos como “pessoa”, “per-

sonalidade”, “persona”, “máscara”, “papel”, “indivíduo”, “individualização”, “individualismo” são frequentemente usados de maneira indistinta. Neste caso, e em acordo com Paul Veyne, Goldman mostra que a indiferença à terminologia muitas vezes acompanha uma confusão conceitual.

Uma premissa central na Antropologia é a distinção entre ser humano e ser social, sugerindo que, embora nascemos humanos, nos tornamos seres sociais por meio do processo de socialização. Este processo é fundamental para nossa integração como membros ativos da sociedade. Norbert Elias (2012) contribui para essa discussão ao examinar a transição da infância para a idade adulta como um processo civilizador. Ele argumenta que a relação entre pais e crianças é caracterizada principalmente pela dominação. A resistência e a crítica à autoridade, particularmente em relação à figura paterna, são essenciais para a busca de individualização no mundo moderno, refletindo um dos pilares da Psicanálise. Assim, a socialização é um processo que não apenas nos introduziria no mundo social, mas também moldaria continuamente nossa identidade e nossa capacidade de navegar pelas diversas estruturas e relações em uma sociedade.

Todavia, seguimos com a ideia equivocada de que o processo de socialização só começa quando aprendemos a falar, andar, e passamos a frequentar creches ou pré-escolas, e não antes da chegada do bebê, com a escolha de um enxoval, de um nome, de padrinhos e madrinhas, de uma religião, do batismo, etc.

Alma Gottlieb (1998), em sua etnografia com os Beng da Costa do Marfim, na África, revelou uma concepção distinta de pessoa. Os Beng veem os bebês como reencarnações de entes queridos falecidos, uma visão que

desafia a percepção ocidental de bebês como seres não plenamente humanos. Segundo Gottlieb, na visão ocidental, os bebês só são considerados pessoas completas após a infância, uma perspectiva que contrasta fortemente com a dos Beng, onde a pessoa é vista em um contínuo de reencarnação e memória.

Quando discutimos a noção de pessoa, geralmente os bebês não são incluídos, sequer lembrados. No contexto ocidental contemporâneo, nos deparamos com uma complexa ambiguidade. Frequentemente, os bebês são percebidos em termos de faltas ou potencialidades futuras, em uma espera pelo curso do desenvolvimento e atribuição de identidades. Em contraste, observa-se uma proliferação de objetos e dispositivos destinados a esses bebês, refletindo uma dimensão de consumismo que se alimenta dos conflitos da paternidade e da maternidade vividas na esfera privada.

A concepção de *não-pessoa* frequentemente atribuída aos bebês deriva da ênfase em suas ausências: a incapacidade de verbalizar, de se locomover e de se alimentar de modo independente. Rituais contemporâneos, tais como os chás de revelação e as comemorações mensais durante o primeiro ano de vida, os chamados “mesversários”, são exemplos de práticas contemporâneas que simbolizam a expectativa da integração futura do bebê à sociedade, antecipando a pessoa que ele ou ela se tornará. Neste contexto, o status do bebê é considerado antitético ao status de pessoa.

A percepção do bebê como uma entidade associal, um mero receptáculo aguardando a impressão da cultura por meio da interação com o outro, permeia discursos e práticas, contribuindo para a sua marginalização. Tal perspectiva demanda uma abordagem crítica e propositiva no âmbito acadêmico. Gottlieb (2012, p. 81) afirma:

“No nível teórico, os bebês constituem, para a maioria de nós, um não sujeito, ocupando um espaço negativo que é virtualmente impenetrável para o olhar antropológico”. Esta observação explica a tendência, tanto na Antropologia quanto em outras disciplinas, de considerar os bebês a partir de sua relação com um outro significativo, como a mãe, o pai ou outros/as cuidadores/as.

No entanto, uma atenção especial aos bebês frequentemente os coloca em “mundos à parte”, ou seja, espaços especializados que foram planejados para uma dada faixa etária. No caso dos bebês, são as creches, os parquinhos adaptados, as bebetecas, etc. Se por um lado, são espaços inclusivos, por outro, também os segregam da vida social adulta. As mulheres, em especial, atuam como mediadoras entre esses mundos, interpretando as necessidades dos bebês e conectando-os ao restante da sociedade. Além disso, são as mulheres que, no Brasil, são as profissionais que trabalham majoritariamente nas creches – 97,2% (UNDIME, 2023). Aqui, identificamos uma noção de *meia-pessoa*, a condição dual na qual os bebês são posicionados – humanos e, ao mesmo tempo, não totalmente incorporados às relações sociais. Essa noção desafia a entender os bebês como seres ativos, apesar de suas formas de participação não se alinharem plenamente aos padrões de interação e comunicação compreendidos pelo adulto. Seria, nos termos de Pedrinho, “metade bebê e metade pessoa”.

No entanto, o bebê já existe bem antes de seu nascimento, e talvez antes mesmo da fertilização se pensarmos em termos psicanalíticos sobre o desejo, isto é, o desejo cria a sua existência. Nomear o bebê é uma consequência da determinação de seu sexo, conferindo-lhe uma identidade social antes mesmo de seu nascimento. Trata-se do bebê

como *pessoa*. Ora, quais os atributos da pessoa em nossa sociedade? Ter um nome, uma rede de parentescos? Estar inserido em determinadas instituições?

Essas ambivalências identificadas nas noções de pessoa em relação aos bebês nas sociedades contemporâneas nos levam a questionar o lugar que lhes é atribuído, não só no mundo social, mas também no campo da Antropologia. Precisamos urgentemente repensar nossas próprias práticas e concepções sobre a infância, como pessoas e como antropólogas, e explorar a complexidade das relações sociais nas quais os bebês estão imersos, assim como a interseção de práticas culturais de cuidado e expectativas sociais.

Embora encontremos poucos trabalhos na literatura antropológica sobre embriões, fetos, recém-nascidos e bebês, é interessante notar que esses estudos, a partir de diferentes experiências etnográficas, frequentemente se deparam com a noção de pessoa. Luna (2001, 2007) investiga como as tecnologias reprodutivas, especialmente a fertilização *in vitro*, reconfiguram as noções ocidentais de pessoa e parentesco ao levar a concepção para o ambiente laboratorial, distanciando-a do processo sexual. As técnicas reprodutivas questionam noções estabelecidas de família e gênero, além de provocar reflexões sobre o estatuto do embrião, ora visto como um conjunto de células, ora como um ser humano completo.

Chazan (2007) explora a construção da pessoa fetal mediada pela ultrassonografia. A autora explorou a produção de “verdades médicas” e não médicas em clínicas de ultrassom, destacando como essas verdades contribuem tanto para a medicalização da gravidez quanto para a atribuição de subjetividade ao feto. Apesar da ênfase na objetividade das imagens, a sua interpretação é profundamente subjetiva, dependendo do

conhecimento e da experiência do profissional de saúde. Além disso, a autora discutiu como a ultrassonografia transforma a percepção corporal da gravidez para as mulheres, atribuindo características e até uma identidade ao feto. Essa subjetivação do feto, reforçada pela interação dos atores envolvidos (profissionais de saúde, gestantes e acompanhantes), ilustra a complexa interação de tecnologia, prática médica e construção social da pessoa, ressaltando o papel significativo da ultrassonografia na configuração contemporânea da gravidez e da maternidade.

Igor Machado (2013) discute a noção de pessoa em relação a bebês prematuros e fetos, explorando como a materialidade corporal e o peso – a “substancialidade”, em seus termos –, desempenham um papel crucial na atribuição de pessoa. Machado argumenta que, apesar das tecnologias pré-natais avançadas que antecipam a existência da pessoa, há índices contrários a essa antecipação, como a noção de substância. A análise revela que há fluidez, tensão e disputa nos índices utilizados para atribuir pessoalidade, especialmente evidente em um espaço como a UTI neonatal. Seu argumento é de que a noção de pessoa não é apenas uma questão de desenvolvimento biológico ou de avanços tecnológicos na visualização e manipulação do embrião e do feto. Em vez disso, a pessoalidade é influenciada e construída por percepções sociais, práticas hospitalares e normas culturais relacionadas à substancialidade. Por exemplo, na UTI neonatal, bebês prematuros podem ser vistos como extensões da substância de suas mães até que alcancem um certo peso ou desenvolvimento, momento em que sua pessoalidade é reconhecida.

Se o modelo ocidental dominante sugere que a primeira infância começa imediata-

mente após o nascimento, em outros contextos talvez esse não seja o caso. Se o final da primeira infância é variável de acordo com a cultura, o mesmo vale para o seu começo. Embora o nascimento às vezes pareça ser a inauguração mais óbvia desse período, o significado que é considerado para alguns, para outros pode ser tudo menos isso. Dessa forma, alguns povos determinam que a primeira infância começa já no útero, enquanto outros a adiam para o momento posterior ao nascimento, e algumas etnias para após a nomeação.

Os Lahu do sudoeste da China, por exemplo, afirmam que as crianças permanecem no estágio “vermelho e nu” (o qual talvez possamos traduzir por “primeira infância”) até que consigam caminhar com segurança e, mais importante do que isso, falar com certo grau de expressão. Mas os Lahu reconhecem que a aquisição dessas habilidades pode ocorrer em tempos diferentes para cada criança, e resistem em especificar uma duração de tempo para o estágio “vermelho e nu” (DU, 2002). Já os Gavião do Maranhão evitam colocar os bebês no chão até que eles possam andar para que não engatinhem, por entender que a técnica do engatinhar diluiria a fronteira que separa a humanidade da animalidade (ARAÚJO, 2021). Portanto, as variações nos modos de conceber como pessoa a partir de um dado período de vida, são inúmeras. Gottlieb (2009, p. 318-319) elencou algumas delas:

Alguns povos muçulmanos mantêm um ritual de nomeação depois do sexto dia e, antes do ritual, o recém-nascido não é, de modo algum, um bebê, já que ainda não adquiriu nenhum senso de identidade (D’Alisera, 1998; Johnson, 2000). Outros grupos chegam a adiar ainda mais o início desse estágio. Por exemplo, os aborígenes *Murngin*

de Arnhem Land chamam os recém-nascidos por um termo equivalente a “feto”. Somente quando o recém-nascido começa a sorrir – aproximadamente entre três e seis semanas – é chamado de “criança”, e esse estágio dura até que ela tenha entre nove e doze anos de idade (Hamilton, 1981). Em outras culturas, pode haver uma concepção mais indeterminada mesmo sobre o começo da identidade pessoal. Entre os Wari’, do Brasil, por exemplo, a identidade é adquirida gradualmente, e pode ainda ser perdida ou atenuada sob determinadas circunstâncias, embora, de alguma forma, inicie após a primeira amamentação (Conklin; Morgan, 1996).

Assim, a noção de pessoa é complexa e polifônica. Talvez esteja aqui a chave para a compreensão da razão pela qual os/as antropólogos/as não se dedicam aos bebês. Estamos inseridos/as em uma cultura que atribui o estatuto de pessoa aos bebês de modo contraditório. Somos ensinadas desde crianças que bebês não são considerados pessoas completas, e a Antropologia tende a se alinhar a essa visão ao não dar atenção aos sujeitos que ainda não se comunicam por meio da linguagem oral (GOTTLIEB, 1998, 2000, 2004). Os cursos de formação em Antropologia tendem a omitir as crianças, perpetuando assim sua invisibilidade (MÜLLER; OLIVEIRA, 2023).

## 2. Do corpo à pessoa: ou de como bebês se tornam seres sociais

O corpo em estado natural não existe. Produto de uma construção social, o corpo só se torna compreensível quando atrelado aos sentidos que carrega. Por isso dizemos que o corpo deve ser analisado no contexto que o torna efetivo e passível de sentido. O corpo é o meio pelo qual os seres humanos

se transformam em seres sociais, adquirem individualidade e, acima de tudo, tornam-se pessoas. A identidade cultural e a memória social se inscrevem no corpo do indivíduo, por meio de suas técnicas, gestos e escarificações (CLASTRES, 2003).

Mauss (1973) considera o corpo como o instrumento mais natural e primordial do ser humano. Ele introduz o conceito de técnicas do corpo, que são conjuntos de ações moldadas tanto pela autoeducação quanto pelo contexto social e cultural ao qual o indivíduo pertence. Essas técnicas são expressas através de gestos codificados que buscam alcançar eficiência em termos práticos e simbólicos. Mauss admite ter inicialmente se equivocado ao pensar que a técnica dependia da existência de um instrumento externo, para depois reconhecer que o principal instrumento é, de fato, o próprio corpo humano.

Ao analisar diferentes práticas esportivas, Mauss observou que as técnicas corporais derivam da interação do indivíduo com seu habitus cultural, conferindo às práticas uma dimensão tanto tradicional quanto eficaz. Sousa (2014) descreve o corpo como uma representação da estrutura social, uma entidade maleável que é configurada pela sociedade conforme seus próprios interesses. Portanto, qualquer prática realizada sobre o corpo é imbuída de significado social, transformando-o em um símbolo de identidade grupal e alinhamento com seus valores.

Mauss (1973) explora a ideia de que o corpo pode ser um mediador nas dualidades fundamentais como mente-corpo, signo-significação e existência-ser. Ele argumenta que o corpo serve duplamente: como o objeto original sobre o qual o trabalho da cultura é realizado, e como ferramenta original com a qual essa ação é exercida, fazendo dele um objeto técnico, um meio técnico e a fonte subjetiva da técnica. Seus

estudos enfocam as relações pessoais como categorias de pensamento indígena e construções culturalmente dependentes.

Esta perspectiva de Mauss, que vê o corpo tanto como objeto quanto como instrumento da cultura, é essencial para refinar o enfoque da pesquisa antropológica na infância, particularmente com relação aos bebês. Isto porque o corpo emerge como um fenômeno empírico constante, que deve ser enfatizado como o principal instrumento de interação, comunicação e descoberta. A corporeidade dos bebês não só é compatível com uma disciplina que historicamente considera o corpo e possui uma extensa literatura sobre ele, mas também é por meio do corpo que os bebês exploram seu entorno, interagem com outros e comunicam-se com as pesquisadoras. Dessa forma, o corpo representa o ponto de partida fundamental em qualquer pesquisa que envolva bebês.

Hirschfeld (2002) argumentou que uma aversão dos/as antropólogos/as em relação às crianças resultou na falta de estudos suficientes sobre elas, uma observação que se torna ainda mais evidente no caso dos bebês. Como os corpos de bebês ainda não são disciplinados, suas excreções – lágrimas, vômitos, urina, fezes, saliva – podem recair sobre o corpo da própria antropóloga. Embora o corpo funcione como um instrumento chave para a pesquisa, paradoxalmente foi a própria corporeidade que inicialmente gerou desinteresse da Antropologia pelos bebês, apesar de ser um elemento central nas teorias clássicas da disciplina.

Os bebês são corporais – utilizando-se com primazia do corpo – o que se evidencia nos cuidados de higiene, de alimentação e de sono, na ludicidade e na aprendizagem. Tornam-se especialmente corporais se ainda não dominam a linguagem verbal, quando se constituem plenamente como corpo.

Ademais, o processo de socialização dos bebês se dá por meio de um corpo que é constantemente disciplinado, punido, moldado, formatado a partir das exigências da sociedade em que se insere. Isto já se mostrava evidente nos filmes etnográficos de Bateson e Mead (s/d). Contudo, a cultura ocidental, de modo geral, insistiu em dissociar mente e corpo, por acreditar que tudo o que aprendemos é capturado por meio da mente (SOUSA, 2018). Nesse contexto, a noção de um corpo que aprende é negligenciada por pesquisas que, em seus textos, tratam de conceitos abstratos como se referindo a seres sem corpo.

Para James, Jenks e Prout (2000), a ação social é a ação corporificada efetuada não só por textos, mas por pessoas reais, vivas e corpóreas. Este enfoque na corporificação, um termo proposto pelos autores, descreve o processo pelo qual regras, princípios e hábitos são gradualmente internalizados, tornando certos comportamentos automáticos à medida que se incorporam à prática corporal. No entanto, nesse processo, há espaço para a criatividade e a inovação por parte das crianças, que, como agentes ativos, assimilam e recriam seu contexto social por meio dessa corporificação.

Se o bebê é pouco abordado nos estudos antropológicos e negligenciado em comparação aos adultos, o que se pode dizer sobre a dimensão corporal e os diversos processos aos quais o corpo do bebê é submetido? Nos bebês, que são tão corporais, “o corpo é tão pouco visível, contrariamente à evidência de sua materialidade” (SACRISTÁN, 2005, p. 70).

Se o corpo é essencial nas pesquisas envolvendo crianças maiores que já são capazes de se expressar verbalmente (SOUSA, 2015), a importância do corpo nos estudos com bebês, que se comunicam principalmente por meio de seus corpos, é ainda mais evidente.

### 3. Bebês como pessoas: as implicações na Etnografia

Por muito tempo, os estudos dedicados à infância limitaram-se ao registro de práticas pedagógicas, adotando uma visão instrumental do corpo da criança focada principalmente em seu desenvolvimento psicomotor. Isso resultou na negligência de outros aspectos cruciais da dimensão corporal, que são igualmente válidos na descrição antropológica, como por exemplo: o corpo como base, ferramenta e veículo para a aprendizagem; o corpo como forma de linguagem, expressão e comunicação; e o corpo como um campo de conhecimento e de autoconsciência.

Apesar de as investigações contemporâneas sobre a infância reconhecerem a criança como agente ativo na esfera social, contribuindo para a produção de conhecimento e cultura, muitas vezes não dedicam a devida atenção à forma como as crianças menores ou bebês experimentam e incorporam os processos culturais nos quais estão imersas (BUSS-SIMÃO, 2007). Tais abordagens tendem a desconsiderar como os corpos dos bebês são culturalmente configurados e adaptados às normas da sociedade em que vivem.

Portanto, uma compreensão profunda do corpo, considerando suas dimensões culturais e históricas, emerge como um aspecto fundamental nos estudos antropológicos sobre bebês, que reconhecem que a formação dos indivíduos envolve uma constante inculcação de disciplina em seus corpos, um processo fundamental na sua produção enquanto sujeitos sociais (SAYÃO, 2002). Existe um conjunto de significados que cada sociedade inscreve nos corpos de seus membros ao longo do tempo, dentre eles, as regras e todos os seus valores.

Reconhecemos aqui a importância do poder disciplinar que procura maximizar as potencialidades do corpo do sujeito, tornando-os úteis à sociedade e, nas palavras de Foucault (2008), verdadeiros “corpos dóceis”, pois é sobre ele que incidem as práticas de disciplinarização e controle. Perguntamo-nos até que ponto a disciplinarização dos corpos é essencial para a construção da pessoa. Ser pessoa em nossa cultura passa pela capacidade de controlar o corpo segundo as regras sociais. A capacidade de manusear o corpo, portar, regular, reprimir, restringir, comandar, coordenar, estaria no cerne do que se espera da pessoa, sendo essas capacidades também aquelas que nos diferem dos não-humanos, dos demais animais, ou dos loucos (aqueles que desaprenderam a se portar socialmente).

Diante disso, o que dizer dos bebês, cuja falta de capacidade de administrar o próprio corpo, o constrói como um vir-a-ser, cujas habilidades de controle e regulação do corpo são ainda incipientes? Que dependem do outro para satisfazer as necessidades básicas fundamentais para a própria sobrevivência e para que possam viver em sociedade? Adiantamos que a observação alcança seu nível mais intenso na pesquisa com bebês, quando o foco da antropóloga não recai somente sobre as suas ações, mas também sobre as de seus/suas cuidadores/as.

Além disso, na impossibilidade de ouvir os bebês, um dos atos cognitivos da Antropologia (CARDOSO de OLIVEIRA, 1998), precisamos intensificar a nossa experiência com o olhar na etnografia com bebês, trazendo o olhar para o centro da observação, uma vez que os bebês ainda não verbais, se comunicam por meio dos seus corpos.

A etnografia em movimento (MÜLLER; SOUSA, 2023) também pode ser uma importante aliada nas pesquisas com bebês, ao

permitir vislumbrar a riqueza das vivências dos bebês em uma variedade de contextos sociais, ao passo em que a etnógrafa se movimenta junto com eles. Baseada na técnica da observação flutuante (PÉTONNET, 2008), a etnografia em movimento captura como os bebês interagem com seus/suas cuidadores/as e o mundo ao seu redor, observando a maneira como exploram espaços, se envolvem com objetos e reagem a diferentes estímulos. Tais interações são fundamentais para compreender como os bebês começam a construir suas identidades e se envolver com as práticas culturais. Acompanhar os bebês em suas descobertas cotidianas fornece reflexões valiosas sobre a construção do estatuto de pessoa. Igualmente, os desafios metodológicos e éticos que emergem na pesquisa com bebês, especialmente relacionados à obtenção de consentimento e à comunicação, ressaltam a importância de respeitar o ritmo dos bebês.

Por fim, reforçamos a importância de tomar o corpo como dimensão central da experiência dos bebês. Colocar o corpo no foco de sua experiência e nas formas de experimentar o mundo deve ultrapassar a vivência dos bebês e se tornar um possível objeto de estudo da Antropologia. Isso significa que a única maneira de compreender sujeitos que empregam seus corpos para interagir com o mundo, ocorre por meio da análise desses mesmos corpos na pesquisa antropológica.

Adotar a “etnografia como teoria vivida”, conforme proposto por Peirano (2008), diz respeito a assumir o corpo e o movimento dos bebês como dimensões fundamentais. A sinergia entre o reconhecimento dos bebês como pessoas e a observação etnográfica amplia nosso conhecimento, mostrando como o corpo e o movimento dos bebês desempenham papéis fundamentais na formação de suas experiências no mundo.

## Considerações finais

A transição pela qual os bebês passam, caracterizada pela incapacidade temporária de controlar e utilizar o próprio corpo como um instrumento de sobrevivência, os posiciona como “menos pessoa” em comparação com outras pessoas cujo valor social é amplificado pela habilidade de empregar o corpo em benefício próprio e de acordo com as expectativas da sociedade. Esta fase inicial da vida destaca a importância da dimensão corporal na formação da pessoa, com os corpos dos bebês sendo moldados e interpretados de diversas formas, o que reflete significativamente na compreensão mais ampla de uma sociedade. Nesse contexto, tende-se a focar mais nas ausências dos bebês – falta de conhecimento, experiência ou capacidade de comunicação – do que em suas presenças e ações.

Na Antropologia, que passou a adotar a divisão ocidental entre mente e corpo, houve uma tendência a enfatizar aspectos mentais, como símbolos e significados, deixando o corpo em uma posição secundária. O interesse na dimensão corporal muitas vezes se manifesta no contexto do estudo de sociedades não-ocidentais, nas quais a relevância do corpo na estrutura social exige que os/as antropólogos/as reconheçam a sua importância.

Entretanto, ao buscarmos uma Antropologia focada na compreensão dos sentidos que as pessoas conferem às suas relações e contextos, enfrentamos o desafio de incluir os bebês – seres que ainda não desenvolveram a habilidade de se expressar verbalmente. Mesmo assim, é notável a capacidade dos bebês de simbolizar, por exemplo, ao conferir novos significados a objetos ou brinquedos, atribuindo-lhes uma função bem diferente da original, como já demons-

traram Gonçalves, Silva e Neves (2023) com o exemplo da caixa de papelão. Esse fenômeno demonstra que, mesmo sem falar, os bebês são agentes ativos na criação e no compartilhamento de significados, questionando a divisão rígida entre mente e corpo e enfatizando a relevância do corpo tanto na Antropologia quanto na compreensão do conceito de pessoa.

## Referências

- ALVARES, M. M. K. M. A criança indígena e os processos de formação, aprendizagem e escolarização. *Anthropológicas*, Recife, ano 8, v. 15, n.1, p. 49-78, 2004.
- ARAÚJO, K. S. *Melhorando pessoas: processos de aprendizagens entre os Gavião Pyhcop Cati Ji*. 2021. 149 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.
- BATESON, G.; MEAD, M. *Bathing Babies in Three Cultures*. s/d. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rmvqdDBSY0k>
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 2003 [1966].
- BUSS-SIMÃO, Márcia. 2007. *Infância, corpo e educação na produção científica brasileira (1997-2003)*, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC, Florianópolis, 224p.
- CARDOSO de OLIVEIRA, R. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Unesp, 1998.
- CHAZAN, L. K. “Meio quilo de gente”: um estudo antropológico sobre ultrassom obstétrico. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2007. (Coleção Antropologia e Saúde). Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/x78qr/pdf/chazan-9788575413388.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

- CODONHO, C. Entre brincadeiras e hostilidades: percepção, construção e vivência das regras de organização social entre as crianças indígenas Galibi-Marworno. *Tellus*, Campo Grande, ano 9, n.17, p.137-161, 2009.
- COHN, C. *A criança indígena: a concepção Xikrin de infância e aprendizado*. 2000. 185 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- COHN, C. A criança, o aprendizado e a socialização na antropologia. In LOPES DA SILVA, MACEDO & NUNES (orgs.). *Crianças Indígenas*, ensaios antropológicos, São Paulo: Mari/Fapesp/Global, 2002.
- COHN, C. *Antropologia da criança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. (Coleção Passo a Passo, 57).
- COHN, C. Concepções de infância e infâncias: um estado da arte da antropologia da criança no Brasil. *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 221-244, 2013.
- COLE, M. Society, mind, and development. In: KESSEL, F.; SIEGEL, A. (eds.). *The child and other cultural inventions*. New York: Praeger, 1983. p. 26-39.
- CORTÉS-MORALES, S.; CHRISTENSEN, P. Unfolding the pushchair: children's mobilities and everyday technologies. *Research on Education and Media*, Boston, v. 6, n. 2, p. 9-18, 2014.
- COSTA, N. M. S.; AMORIM, K. S. Babies in motion within Daycare transition: (co)construction of Locomotor Exploration in a Brazilian Case Study. In: FLEER, M.; HEDEGAARD, M.; ODEGAARD, E. E.; SORENSEN, H. V. (orgs.). *Qualitative Studies of exploration in childhood education cultures of play and learning in transition*. Londres: Bloomsbury Academic, 2021, v. 1, p. 90-103.
- DE GRANDE, P. Bebê a bordo: Aspectos problemáticos de maternidades y paternidades en sectores médios urbanos de la Argentina. *Infancias Imágenes*, Bogotá, v. 14, n. 1, p. 7-22, 2015.
- DU, S. *Chopsticks always work in pairs: Gender unity and gender equality*. New York: Columbia University Press, 2002.
- ELIAS, N. A civilização dos pais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 27, n. 3, p. 469-493, set.-dez. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&tpid=S0102-69922012000300003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&tpid=S0102-69922012000300003). Acesso em: 6 fev. 2024.
- FOUCAULT, Michel de. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. 35ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- GOLDMAN, M. Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 83-109, 1996.
- GOMES, M. F. C.; NEVES, V. F. A. Afeto/Cognição Social Situada/Culturas/Linguagens em uso (ACCL) como unidade de análise do desenvolvimento humano. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 37, p. 1-15, 2021.
- GONÇALVES, J. S.; SILVA, E. B. T.; NEVES, V. F. A. Não é uma caixa! Transformações dos sentidos atribuídos a uma caixa de papelão. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), v. 53, p. e09934, 2023.
- GOTTLIEB, A. *Tudo começa na outra vida: a cultura dos recém-nascidos no Oeste da África*. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2012.
- GOTTLIEB, A. Para onde foram os bebês? Em busca de uma antropologia de bebês (e de seus cuidadores). *Psicologia USP*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 313-336, jul./set. 2009.
- GOTTLIEB, A. *The Afterlife is where we come from: the culture of infancy in West Africa*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.
- GOTTLIEB, A. Where Have All The Babies Gone? Toward an Anthropology of Infants (and Their Caretakers). *Anthropological Quarterly*, v. 73, n. 3, p. 121-132, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/anq.2000.0006>. Acesso em: 11 fev. 2024.
- GOTTLIEB, A. Do infants have religion? the spiritual lives of Beng babies. *American Anthropologist*, v. 100, n. 1, p. 122-135, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/aa.1998.100.1.122>. Acesso em: 11 fev. 2024.
- HIRSCHFELD, L. A. Why Don't Anthropologists Like Children? *American Anthropologist*, v. 104,

- n. 2, p. 611-627, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1525/aa.2002.104.2.611>. Acesso em: 11 fev. 2024.
- HOLT, L. Reavendo os espaços diários escondidos de bebês/Retrieving the hidden everyday spaces of infants. *Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 8, n. 2, p. 407-440, 2018.
- JAMES, A.; JENKS, C.; PROUT, A. O corpo e a infância. In: KOHAN, W. O.; KENNEDY, D. (orgs.). *Filosofia e infância: possibilidades de um encontro*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 207-238.
- LEITE DE SOUSA, E.; MÜLLER, F. Los bebés desafían a la ciudad: una etnografía en movimiento en Imperatriz/Maranhão. *Sociedad e Infancias*, Madrid, v. 8, n. 1, p. 37-49, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/soci.95084>. Acesso em: 1 jul. 2024.
- LIMULJA, H. C. L. R. Uma etnografia da escola indígena Fen'Nó à luz da noção de corpo e das experiências das crianças Kaingang e Guarani. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- LOPES DA SILVA, A.; NUNES, A.; MACEDO, A. V. L. S. (orgs.). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Global, 2002.
- LUNA, N. A personalização do embrião humano: da transcendência na biologia. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 13, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/9WhsL9nHNLK8HH35hpkrw9m/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 mar 2022.
- LUNA, N. Pessoa e parentesco nas novas tecnologias reprodutivas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 389-413, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200005>. Acesso em: 10 fev. 2024.
- LYRA, M. C. D. P.; SILVA, E. C. C.; SILVA, A. C. A. Padrões de organização do sistema de comunicação mãe-bebê nas interações face a face: estudo de cinco diades. *Estudos de Psicologia (Natal)*, v. 17, n. 1, p. 63-71, jan. 2012.
- MACHADO, I. J. R. O inverso do embrião: reflexões sobre a substancialidade da pessoa em bebês prematuros. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 99-122, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132013000100004>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/Edusp, 1973 [1938].
- MÜLLER, F. I cry, therefore I am: An anthropological study of babies' interactions. *Learning, Culture and Social Interaction*, v. 31, Part A, p. 100562, dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.lcsi.2021.100562>.
- MÜLLER, F.; OLIVEIRA, S. C. O que a Antropologia pode fazer pelas crianças? *Ilha Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 26, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/93948>. DOI:10.5007/2175-8034.2024.e93948. Acesso em: 11 fev. 2024.
- MÜLLER, F.; SOUSA, E. L. Etnografias em movimento: Deslocar-se com as crianças pela cidade. *Civitas*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, e41914, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2023.1.41914>. Acesso em: 17 ago 2024.
- NUNES, A. O lugar das crianças nos textos sobre sociedades indígenas brasileiras. In: LOPES DA SILVA, A.; MACEDO, A. V. L. S.; NUNES, A. (orgs.). *Crianças indígenas: ensaios antropológicos*. São Paulo: Mari/Fapesp/Global, 2002. p. 236-277.
- NUNES, A. *A sociedade das crianças A'uwê-Xavante* (por uma antropologia da criança). Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1999, v. 8. (Coleção Temas de Investigação).
- ORRMALM, A. Doing ethnographic method with babies – Participation and perspective approached from the floor. *Children & Society*, v. 34, n. 6, p. 461-474, 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/chso.12380>.
- PEIRANO, M. Etnografia, ou a teoria vivida. *Ponto Urbe*, São Paulo, v. 2, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.1890>. Acesso em: 03 set 2021.
- PÉTONNET, C. Observação flutuante: o exemplo de

- um cemitério parisiense. *Antropolítica*, Niterói, v. 25, p. 99-111, 2008.
- PIRES, F.; SARAIVA, M. R. Enquanto houver bebês, há esperança. *Áltera*, v. 1, n. 8, p. 09-13, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2447-9837.2019v1n8.46821>. Acesso em: 19 set 2022
- PIRES, F. Quem tem medo de mal-assombro? *Etnográfica*, Lisboa, v. 13, n. 2, p. 291-312, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/>. Acesso em: 30 abr 2015
- PIRES, F. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 50, n. 1, jan./jun. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-77012007000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012007000100006). Acesso em: 20 jun 2015.
- PIRES, F. *Quem tem medo de mal-assombro?: religião e infância no semiárido nordestino*. Rio de Janeiro: E-papers; João Pessoa: UFPB, 2011.
- RIBEIRO, F. B. Governo dos adultos, governo das crianças: Agentes, práticas e discursos a partir da “lei da palmada. Dossiê: Infâncias e Crianças: Saberes, Tecnologias e Práticas. *Civitas*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, maio-ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2013.2.15480>. Acesso em: 07 ago 2016.
- RIBEIRO, F. B. Lealdades, silêncios e conflitos: ser um dos “grandes” num abrigo para famílias. *Civitas*, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 40-55, 2011.
- RIBEIRO, F. B. Conselho tutelar e negociação de conflitos. In: FONSECA, C.; SCHUCH, P. (orgs.). *Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 93-112.
- SACRISTÁN, J. G. *O aluno como invenção*. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- SANTOS, N. M.; AMORIM, K. S. A construção do fluxo locomotor em processos interativos bebê-bebê. *Psicologia em Pesquisa (UFJF)*, Juiz de Fora, v. 12, p. 1-11, 2018.
- SAYÃO, Déborah Thomé. 2002. Corpo e movimento: notas para problematizar algumas questões relacionadas à educação infantil e à educação física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. Campinas: Autores Associados, v. 23 nº 2, p. 55-67.
- SEIDL DE MOURA, M. L.; RIBAS, A. F. P.; SEABRA, K. C.; PESSÓA, L. F.; RIBAS JR., R. C.; NOGUEIRA, S. E. Interações iniciais mãe-bebê. *Psicologia: reflexão e crítica*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 295-302, 2004.
- SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132005000200010>. Acesso em: 21 fev. 2024.
- SCHUCH, P. Família no plural: considerações antropológicas sobre família e parentesco (à luz dos seus confrontos de significados num órgão da justiça juvenil). 2012. Disponível em: [http://www.pim.saude.rs.gov.br/a\\_PIM/noticias/987/PatriceSchuch.pdf](http://www.pim.saude.rs.gov.br/a_PIM/noticias/987/PatriceSchuch.pdf). Acesso em: 03 mai 2023.
- SOUSA, E. L. (2021). “Quem pode mais do que Deus”?: As crianças Capuxu e suas experiências com os *malassombros*. *Mana*, 27(1), 1-31. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-49442021v27n1a205>. Acesso em: 07 jul.2024
- SOUSA, E. L. Sociedade de marcação: corpo, conhecimento e experiência na infância Capuxu. *Latidade*, Maceió, v. 10, n. 2, 2018. DOI: 10.28998/late.2016.n.2.2580. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latidade/article/view/2580>. Acesso em: 07 jul. 2024
- SOUSA, E. L. As crianças e a etnografia: criatividade e imaginação na pesquisa de campo com crianças. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 16, n. 38, 2015. DOI: 10.22456/1984-1191.57434. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/57434>. Acesso em: 07 jul. 2024
- SOUSA, E. L. *Umbigos enterrados: corpo, pessoa e identidade Capuxu através da infância*. 2014. 422f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

SOUSA, E. L. **Que trabalhaiis como se brincásseis: trabalho e ludicidade da infância** Capuxu. 2004. 237f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Universidade Federal da Paraíba, 2004.

TASSINARI, A. M. Imperatriz. Produzindo corpos ativos: a aprendizagem de crianças indígenas e agricultoras através da participação nas atividades produtivas familiares. **Horizontes antropológicos**, v. 21, n. 44, 2015, pp. 141-172. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010471832015000200141&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010471832015000200141&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 31 mai 2017.

TASSINARI, A. Escola Indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. *In*: SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. (orgs.). **Antropologia, História e Educação: a questão indígena e a escola**. 2. ed. São Paulo: Global, 2001, pp. 44-70.

TASSINARI, A. Concepções Indígenas de Infância no Brasil. *Tellus*, Campo Grande, ano 7, n. 13, p. 11-25, outubro/2007.

TASSINARI, A. Múltiplas Infâncias: o que a criança indígena pode ensinar para quem já foi à escola ou A Sociedade contra a Escola. *In*: ENCONTRO da ANPOCS, 33. Caxambu. **Anais [...]**, Caxambu, 2009.

TASSINARI, A. A participação de crianças indígenas e camponesas na produção de alimentos. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 54. Simpósio: Children's Food Heritage. Anthropological Issues. **Anais [...]**. Viena, 2012.

UNDIME. Professoras são 79% da docência de educação básica no Brasil, 2023. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/08-03-2023-14-52-professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil>. Acesso em: 12 fev. 2024.

UPRICHARD, E. Children as 'Being and Becomings': Children, Childhood and Temporality. **Children & Society**, Hestington-UK, v. 22, n. 4, p. 303-313, 2008. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1099-0860.2007.00110.x>. Acesso em: 12 dez 2012.

## RESUMO

O corpo emerge para o bebê como única forma possível de ser, de experienciar o mundo, condição *sine qua non* para aprender do mundo e de suas relações. A partir desse argumento, este artigo trata da pesquisa antropológica com bebês a partir de duas reflexões gerais. A primeira é a de que o corpo precisa ser considerado, nas pesquisas antropológicas com bebês, como instrumento maior de experimentação, interação e comunicação desses sujeitos com seus/suas cuidadores/as, os espaços por onde transitam e o/a antropólogo/a. A segunda diz respeito à construção do estatuto de pessoa do bebê em nossa sociedade. À luz dessas duas categorias caras à Antropologia – corpo e pessoa – tratamos das implicações para a prática da pesquisa com bebês em termos teóricos e metodológicos.

## PALAVRAS-CHAVE

Bebês. Corpo. Pessoa. Experiência.

## ABSTRACT

The body emerges for the baby as the sole possible way of being, of experiencing the world, a *sine qua non* condition for it to learn about the world and its relationships. Building on this argument, this paper addresses anthropological research with babies through two general reflections. The first is that the body must be considered in anthropological research involving babies as the primary instrument for experimentation, interaction, and communication of these subjects with their caregivers, the spaces they navigate, and the anthropologist. The second pertains to the construction of the baby's status as a person in our society. In light of these two fundamental categories to anthropology – body and person – we discuss the implications for the practice of research with babies in theoretical and methodological terms.

## KEYWORDS

Babies. Body. Person. Experience.

Recebido em: 30/03/2024

Aprovado em: 07/06/2024